

Economias de Permanência Universitária: o significado social do dinheiro nas narrativas das mães estudantes da UFSC

Economies of University Persistence: The Social Meaning of Money in the Narratives of Student Mothers at UFSC

Flávia Thais Michel

Mestre em Sociologia e Ciências Políticas. Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: thaismichel@gmail.com



Aline Coitinho Santos

Graduanda em psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: alinecoitinho64@gmail.com



Betina Juliana de Sá

Graduada em Letras Português. Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: betinajulianacr@gmail.com



Lívia de Oliveira Bernardo Silva

Bacharela em Artes Cênicas. Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: liviaobsec@gmail.com



Luana de Castro Flores

Mestre em Psicologia Social e Cultura. Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina. E-mail: psicologaluanaflores@gmail.com



Resumo

O artigo reúne narrativas de mães estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina sobre maternidade, manejo do dinheiro, acesso e trajetória acadêmica. A partir de uma abordagem qualitativa e autoetnográfica, analisa como mães estudantes constroem estratégias econômicas de permanência no ensino superior. O artigo dialoga com a sociologia econômica, a economia feminista e perspectivas interseccionais, evidenciando as relações entre cuidado, desigualdades sociais e formação universitária.

Palavras-chave: permanência na universidade; mães estudantes; dinheiro; cuidado; interseccionalidade.

Abstract

The article brings together narratives of student mothers from the Federal University of Santa Catarina - narratives about motherhood, financial management, university access, and academic trajectories. Based on a qualitative and autoethnographic approach, this dossier analyzes how student mothers develop strategies to remain in higher education. The discussion engages with economic sociology, feminist economics, and intersectional perspectives, highlighting the relationships between care, social inequalities, and university education.

Keywords: university persistence; student mothers; money; care; intersectionality.

DOI: <https://doi.org/10.18616/rdsd.v12i1.10823>

Recebido: 03-07-2026

Aprovado: 06-07-2026

1. Introdução

O artigo visa dar visibilidade às experiências econômicas, a prática da escrita acadêmica e pertencimento para mulheres mães estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A proposta é articular a autonomia na escrita, conhecimento teórico e análises empírico-interpretativas que dialoguem com a sociologia econômica, abordando os desafios, experiências e os manejos econômicos operados no cotidiano a partir da narrativa de mulheres mães estudantes. A análise parte da perspectiva interseccional de gênero, raça, classe e maternidade.

A metodologia eleita é qualitativa mobilizando autoetnografia como método capaz de capturar as experiências situadas e os significados atribuídos por essas mulheres às suas trajetórias acadêmicas e econômicas. O artigo busca evidenciar o significado social do dinheiro e a interseccionalidade entre trabalho reprodutivo, cuidado e busca por permanência na universidade. Viviana Zelizer (2003) explora o que ela nomeia como significado social do dinheiro ou dinheiros especiais: valores que embora irrisórios em uma economia formal assumem peso significativo no cotidiano de sobrevivência de quem se encontra fora da ordem convencional. Em outro eixo exploramos como o endividamento, suas narrativas e seus efeitos podem ser compreendidos criticamente à luz da análise feminista da dívida, conforme Verónica Gago e Viviane Cavaleiro (2019), essas autoras articulam a dívida à captura da vida e às políticas de precarização.

Para essa análise dialogamos com outras perspectivas críticas do feminismo, tais como Silvia Federici (2023) com o conceito de trabalho reprodutivo e acumulação, Patricia Hill Collins (2020) que apresenta a matriz de dominação, Angela Davis (2016) e a interseccionalidade de gênero, raça e classe, e Lélia Gonzalez (2020) com o pensamento feminista negro amefricano. Esse referencial nos permite ampliar o escopo analítico sobre economias do cuidado, autonomia e desigualdades estruturais.

Com o objetivo de dar visibilidade e protagonismo à escrita, a partir do campo da sociologia econômica na crítica de Pierre Bourdieu (1993) sobre educação, vamos apresentar as experiências de mulheres mães estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), descrevendo seus próprios manejos econômicos para a permanência, a conclusão e o êxito acadêmico. A proposta parte do entendimento de que a produção de conhecimento é atravessada por relações sociais, econômicas e políticas, e de que as trajetórias das mães estudantes constituem um locus privilegiado para compreender as dinâmicas de autonomia econômica, endividamento, trabalho reprodutivo e permanência universitária.

Mobilizamos a autoetnografia (Versani, 2005), reconhecendo as mães estudantes não apenas como objeto de pesquisa, mas como sujeitas epistêmicas e autoras de suas próprias narrativas. Dessa forma, o artigo se estrutura a partir da autoria principal de uma

mulher negra mãe estudante, mestre e doutoranda em sociologia, articulada à coautoria e ao protagonismo de outras mães estudantes em níveis acadêmicos diversos, cujas experiências evidenciam, a partir de suas próprias perspectivas, os limites e as possibilidades de construção da autonomia econômica no contexto universitário.

Para a seleção das coautorias partimos do interesse manifestado por mães estudantes integrantes do grupo de WhatsApp do Coletivo MãEstudantes da UFSC que reúne as mulheres mães estudantes em diferentes níveis de formação acadêmica. Assim, o artigo explora a permanência universitária não apenas como objeto analítico, mas também como prática formativa, ao promover processos de instrução acadêmica por meio da escrita, do manejo de documentos institucionais e da construção coletiva de competências acadêmicas. Desse modo, a reflexão aqui apresentada contribui para o processo formativo da autonomia acadêmica das mães estudantes, ao mesmo tempo em que evidencia as desigualdades estruturais que atravessam suas trajetórias no ensino superior.

O conceito de Zelizer (2005) de significado social do dinheiro nos permite analisar recursos monetários que atravessam a vida das mães estudantes como as bolsas, auxílios, rendas formais e informais, dívidas e transferências familiares; esses recursos e acordos não são neutros, homogêneos ou puramente econômicos. Ao contrário, são socialmente marcados, moralizados e hierarquizados, assumindo sentidos específicos quando destinados ao cuidado, à alimentação, à moradia e à sobrevivência dos filhos, revelando tensões entre reconhecimento institucional, responsabilização individual e desigualdades estruturais.

Paralelamente, o artigo dialoga com Uma Leitura Feminista da Dívida proposta por Gago e Cavaleiro (2019), compreendendo o endividamento como uma tecnologia de governo que incide de forma desigual sobre mulheres, especialmente mulheres mães, negras e periféricas. A dívida, precariedade e as desigualdades destes corpos aparecem, assim, não apenas como uma condição econômica, mas como um dispositivo de captura da vida, que atravessa o cotidiano das mães estudantes, produzindo disciplinamento, culpa e precarização, ao mesmo tempo em que se articula à ausência ou insuficiência de políticas públicas de cuidado e permanência.

Esse artigo propõe uma análise crítica das experiências econômicas das mães estudantes da UFSC, evidenciando como o dinheiro, a renda, o cuidado e a dívida se interseccionam na reprodução da vida acadêmica e familiar. Na primeira seção, relacionamos o referencial teórico da sociologia econômica com desigualdades e maternidade. A segunda seção apresenta a autoetnografia somada às narrativas das mães estudantes e na seção final a análise dos relatos da mulher negra mãe estudante e proponente da prática de escrita coletiva como prática de permanência e desenvolvimento institucional das mães estudantes da UFSC.

2. Entre Maternidade, dinheiro e desigualdades: perspectivas para pensar a permanência universitária

A universidade pública brasileira, ao longo de sua formação, foi estruturada por um viés elitista, heteronormativo, masculino e branco, reproduzindo desigualdades sociais sob a aparência de neutralidade acadêmica. A implementação da Lei Nacional de Cotas, em 2012, ao assegurar o acesso de pessoas negras, indígenas e estudantes de baixa renda ao ensino superior, tensiona essa lógica histórica de exclusão. Desde então, observa-se uma transformação gradual no perfil do corpo discente, perceptível inclusive nos dados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Segundo o Ministério da Educação¹, o total de inscritos confirmados com 60 anos ou mais cresceu 191% em relação à edição de 2022. Esse dado não indica apenas o aumento da presença de pessoas idosas, mas sinaliza a entrada de sujeitos historicamente subalternizados e marginalizados no espaço universitário, entre eles: mulheres mães, trabalhadora (os), estudantes de trajetórias não lineares, que desafiam a figura tradicional do “estudante ideal” no qual Flávia Thais Michel (2025) conceitua as mães estudantes como mães delinquentes.

A interseccionalidade entre gênero, raça, classe e maternidade (Davis 2016, Collins 2020, Michel 2025) agrava os desafios enfrentados por mulheres mães na busca por autonomia econômica e permanência na educação superior. A categoria mãe delinquente emerge como um símbolo das barreiras estruturais que moldam as trajetórias dessas mulheres. Considerada uma figura marginal pela sociedade que é frequentemente criminalizada por não se enquadrar nos padrões tradicionais de maternidade e comportamento feminino. Essa narrativa desumanizadora ignora os obstáculos concretos que elas enfrentam, como a falta de suporte familiar, a necessidade de trabalhar em condições precárias e a ausência de políticas públicas efetivas que garantam a permanência na universidade

Nesse cenário, emerge o que pode ser compreendido como a construção simbólica da mãe delinquente: aquela que, ao ocupar o espaço universitário com seus filhos ou ao reivindicar políticas de cuidado, é percebida como alguém que transgride uma norma. Trata-se de uma categoria moral implícita que associa a boa maternidade ao recolhimento doméstico, à dedicação integral ao cuidado e à invisibilidade no espaço público. Quando uma mulher mãe reivindica o direito à formação acadêmica, à pesquisa e à permanência

¹ BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. **Enem: cresce o número de participantes com 60 anos de idade ou mais**. Brasília: Gov.br, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/acompanhe-a-secom/noticias/2025/11/enem-cresce-o-numero-de-participantes-60>.

universitária, ela tensiona essa expectativa social e passa a ser lida, muitas vezes, como inadequada, irresponsável ou deslocada.

Desta forma, a expressão mães delinquentes aqui não é jurídica, mas simbólica: é a acusação de desvio em relação a um ideal de maternidade que naturaliza a sobrecarga feminina e deslegitima o direito ao projeto intelectual próprio. Esse enquadramento moral opera como mecanismo de controle social e reforça barreiras institucionais que dificultam a permanência dessas mulheres, revelando que a disputa não é apenas por acesso, mas por reconhecimento e legitimidade no pertencimento, na produção de conhecimento e êxito acadêmico dentro da universidade.

Nesse contexto, mobilizamos Bourdieu (1993) para compreender como a universidade opera simultaneamente como espaço de mobilidade social e como mecanismo de reprodução das desigualdades. O autor demonstra que o sistema educacional tende a legitimar privilégios ao converter capitais herdados (econômico, cultural e social) em mérito acadêmico. A escola e a universidade funcionam, assim, como instâncias que transformam desigualdades de origem em diferenças aparentemente naturais de desempenho.

Para Bourdieu (1998), o conceito de capital cultural é central: estudantes provenientes de famílias com maior escolarização e familiaridade com os códigos acadêmicos chegam à universidade já portadores de disposições, o habitus, alinhadas às expectativas institucionais. Em contrapartida, estudantes de classes populares, mulheres negras, mães trabalhadoras ou pessoas que ingressam tardiamente no ensino superior frequentemente não compartilham do mesmo repertório cultural legitimado dentro das instituições de ensino. Isso não significa ausência de saberes, mas a desvalorização institucional de outras formas de conhecimento e experiência.

A presença de mulheres mães na universidade explicita essa tensão. O modelo universitário pressupõe disponibilidade integral, dedicação exclusiva e uma trajetória linear atrelada às condições associadas a sujeitos masculinos, brancos e sem responsabilidades de cuidado. Quando mulheres mães estudantes ocupam esse espaço, elas desestabilizam o habitus dominante e evidenciam que o chamado "mérito" está atravessado por desigualdades estruturais de gênero, raça, classe e maternidade. A dificuldade de permanência, a ausência de políticas de cuidado e a invisibilização de demandas relacionadas à maternidade; tudo isso revela que a democratização do acesso não implica, automaticamente, democratização das condições de permanência e êxito acadêmico.

Assim, Bourdieu (1993) permite compreender que as transformações recentes no perfil discente não significam apenas diversidade estatística, mas a disputa pelo reconhecimento de diferentes capitais e trajetórias. A ampliação do acesso via políticas de cotas, tensiona a estrutura de reprodução simbólica da universidade, abrindo fissuras no monopólio histórico dos "herdeiros" e colocando em evidência a necessidade de políticas

institucionais que reconheçam a pluralidade dos sujeitos que hoje compõem o ensino superior público brasileiro.

Ao deslocar o foco para o dinheiro como categoria analítica, a interseccionalidade permite compreender que os recursos econômicos não circulam de forma neutra nem universal. Conforme argumenta Zelizer (2003) o dinheiro é socialmente marcado, moralmente classificado e relacionalmente organizado. No contexto universitário, bolsas, auxílios, rendas familiares e trabalhos informais não possuem apenas valor monetário: carregam significados sociais que definem quem é percebida como “dependente”, “merecedora” ou “autônoma”. Mulheres mães estudantes administram recursos atravessados por expectativas morais sobre cuidado, responsabilidade e “sacrifícios”, evidenciando que a economia da permanência acadêmica é também uma economia de classificações sociais.

Além disso, a reflexão de Federici (2023) contribui para explicitar que o trabalho reprodutivo, historicamente invisibilizado e não remunerado, sustenta as condições de possibilidade do trabalho produtivo e intelectual. A universidade, ao pressupor dedicação exclusiva e disponibilidade integral, opera como se o cuidado fosse uma dimensão privada, descolada da produção de conhecimento conforme Michel (2025). No entanto, o tempo investido na maternidade, na organização doméstica e na gestão cotidiana da vida constitui trabalho socialmente necessário. A ausência de reconhecimento institucional deste trabalho implica que o custo da permanência recaia desproporcionalmente sobre mulheres mães estudantes, que convertem tempo de cuidado em estratégias financeiras, rearranjos laborais e sobrecarga cotidiana.

Nesse sentido, trazer a interseccionalidade (Davis, 2016) para a relação econômica com dinheiro significa evidenciar que gênero, raça e classe estruturam não apenas oportunidades de acesso à renda, mas também as formas pelas quais o dinheiro é obtido, administrado e legitimado. Mulheres mães estudantes não formam um grupo homogêneo: suas experiências econômicas variam conforme inserções raciais, trajetórias de classe, redes de apoio e políticas públicas disponíveis. Ainda assim, compartilham a condição de negociar constantemente entre trabalho remunerado, cuidado e formação acadêmica, revelando que o debate sobre democratização do ensino superior precisa incorporar a dimensão material da reprodução social como elemento central.

A reflexão de Collins (2020; 2023) acerca da maternidade no interior do pensamento feminista negro contribui para compreender que o cuidado não é apenas uma experiência privada, mas uma prática social e política atravessada por relações de poder. Ao discutir as imagens de controle que historicamente enquadram mulheres como naturalmente vocacionadas ao cuidado ou moralmente responsáveis pela reprodução social, Collins evidencia como a maternidade pode ser simultaneamente espaço de opressão

e de agência. No contexto universitário, mulheres mães enfrentam não apenas a sobrecarga material do cuidado, mas também expectativas normativas que regulam suas escolhas econômicas e acadêmicas. A gestão do dinheiro, do tempo e das prioridades torna-se, assim, um campo de disputa simbólica, no qual se confrontam ideais de dedicação materna e exigências de desempenho acadêmico.

No que se refere ao dinheiro, as contribuições de Eugênia Motta (2023) questionam a ideia de que recursos financeiros operem exclusivamente segundo uma lógica racional e individual. Ao analisar práticas econômicas em contextos urbanos brasileiros, Motta demonstra que o dinheiro circula imerso em redes de reciprocidade, obrigações familiares e compromissos morais. Essa perspectiva ilumina a experiência de mulheres mães na universidade, para as quais a renda (seja proveniente de bolsas, trabalho formal e informal ou apoio familiar) frequentemente está vinculada a compromissos coletivos e responsabilidades compartilhadas. O dinheiro destinado à permanência acadêmica raramente é "livre": ele é negociado no interior de arranjos domésticos e comunitários que redefinem constantemente suas prioridades.

Articular Zelizer, Collins e Motta (2005, 2020, 2023) ao debate permite compreender que maternidade e dinheiro não constituem dimensões separadas da vida social. A administração de recursos financeiros é atravessada por normas de gênero e por expectativas morais que definem quem deve cuidar, quem pode investir em si mesma e quem é autorizada a priorizar a formação acadêmica. A interseccionalidade, nesse quadro, não apenas identifica desigualdades estruturais, mas revela como a reprodução social se sustenta por meio de arranjos econômicos cotidianos, frequentemente invisibilizados pelas instituições. Assim, discutir os manejos econômicos sobre universidade e maternidade implica reconhecer que as dinâmicas econômicas são também dinâmicas de poder, reconhecimento e disputa por legitimidade.

A proposta de Gago e Cavallero (2019) observa o endividamento para além de um problema estritamente individual para situá-lo como tecnologia de governo que opera sobre corpos e territórios através das assistências sociais. Para as autoras, a financeirização da vida cotidiana transforma necessidades básicas, alimentação, moradia, educação e cuidado, em fontes de extração de valor por meio do crédito. A dívida, nesse sentido, não é apenas um instrumento econômico, mas um dispositivo disciplinador que captura o futuro e reorganiza o presente, impondo ritmos, escolhas e renúncias.

No contexto universitário, essa perspectiva permite compreender que a permanência acadêmica frequentemente se sustenta por meio de arranjos financeiros precários, incluindo cartões de crédito, empréstimos informais, parcelamentos e acessos as assistências sociais (auxílio estudantil, auxílio maternagem e assistência social) que alongam no tempo o custo da formação. Mulheres mães, atravessadas por responsabilidades de

cuidado, tendem a assumir dívidas não apenas para investir em sua trajetória acadêmica, mas para garantir a reprodução cotidiana da vida. A dívida, portanto, articula-se à divisão sexual do trabalho e às desigualdades de raça, gênero, classe e maternidade, convertendo vulnerabilidades estruturais em oportunidades de lucro para o sistema financeiro.

A partir dessa chave analítica, o dinheiro deixa de ser compreendido apenas como recurso e passa a ser visto como relação de poder. O endividamento evidencia como a financeirização penetra no espaço doméstico e redefine as condições de autonomia. Ao assumir dívidas, seja ela alimentação, aluguel ou material didático, para permanecer na universidade, mulheres não estão simplesmente realizando escolhas econômicas individuais, mas respondendo a uma estrutura que desloca para o âmbito privado os custos da reprodução social. A crítica feminista da dívida, assim, ilumina as conexões entre neoliberalismo, responsabilização individual e intensificação do trabalho reprodutivo, ampliando o debate sobre permanência acadêmica para além do acesso formal e situando-o no terreno das disputas materiais que atravessam a vida cotidiana.

A metodologia etnográfica articula experiência pessoal e análise sociológica. Conforme argumenta Andrew Grant (2014), pesquisas autoetnográficas desempenham um papel importante nas ciências humanas ao trazer à tona dimensões da vida social que, embora profundamente vividas pelos sujeitos, permanecem frequentemente silenciadas ou pouco verbalizadas. Ao narrar experiências cotidianas, esse tipo de abordagem revela aspectos do “não dito”, contribuindo para questionar invisibilidades e silenciamentos presentes nas interpretações dominantes sobre determinados fenômenos sociais. No caso deste artigo, as narrativas das mães estudantes da universidade tornam visíveis os manejos econômicos, emocionais e institucionais envolvidos na permanência acadêmica, aspectos que raramente aparecem nas análises tradicionais sobre a vida universitária. Para Daniela Versiani (2005), a autoetnografia pode ser compreendida como um conceito em construção, situado na interseção entre “auto” e “etno”, buscando apreender simultaneamente a relação entre experiência individual e contexto cultural. Assim, ao reunir relatos de mulheres que vivenciam a maternidade no interior da universidade, este artigo articula experiência e análise social, permitindo compreender como trajetórias pessoais revelam dinâmicas estruturais relacionadas a gênero, raça, classe, maternidade e às políticas de permanência no ensino superior.

No feminismo, dialogamos com a perspectiva de bell hooks (2020) a autora afirma que o feminismo é um movimento para acabar com o sexismo, a exploração sexista e a opressão e, portanto, precisa estar enraizado na vida cotidiana. Ao trazer as narrativas econômicas de cinco mães, este artigo não busca universalizar experiências, mas evidenciar como o dinheiro, o cuidado e a experiência acadêmica são atravessados por estruturas de poder que organizam o acesso a recursos materiais e simbólicos. Inspiradas por bell hooks, compreendemos que contar essas histórias é também um gesto político: tornar visíveis os

arranjos financeiros, as estratégias de resistência e as contradições vividas no cotidiano significa desafiar a naturalização das desigualdades e afirmar que a produção de conhecimento não pode ser dissociada das condições concretas que sustentam a vida. Assim, a autoetnografia emerge não apenas como método, mas como prática feminista de construção coletiva de saberes.

3. Economia da permanência universitária: o significado social do dinheiro nas narrativas de mães estudantes da UFSC

Nesta seção serão apresentadas as narrativas individuais das mães estudantes que compõem este artigo. A proposta consiste em tornar visíveis as experiências acadêmicas dessas mulheres a partir de suas próprias práticas de escrita, evidenciando como a maternidade atravessa a vida universitária e os modos de organização da permanência estudantil. As narrativas foram construídas a partir da adesão voluntária das participantes, que manifestaram interesse em contribuir com o trabalho por meio do grupo de WhatsApp do Coletivo MaEstudantes UFSC. Assim, a seção reúne relatos produzidos pelas próprias mães estudantes, articulando experiência vivida, reflexão crítica e escrita acadêmica como forma de produção de conhecimento situado.

Esse artigo foi escrito e organizado pela doutoranda de Sociologia e Ciências Políticas que foi responsável pelo embasamento teórico, instrução, coleta das narrativas e análise através a sociologia econômica. As demais participantes são de diferentes cursos e níveis acadêmicos que apresentam suas próprias narrativas. A proposta feita foi para que as mães estudantes de forma livre falassem de sua relação com acesso ao dinheiro, seja ele no contexto familiar ou a primeira renda e que dialogam com suas trajetórias acadêmicas e familiares, revelando os desafios cotidianos de conciliar maternidade, trabalho, cuidado e formação universitária. Em seus relatos, emergem experiências relacionadas à gestão do tempo, às dificuldades econômicas, às redes de apoio e às estratégias mobilizadas para garantir a permanência na universidade. Essas narrativas evidenciam que a experiência de ser mulher mãe estudante não se restringe à dimensão individual, mas está profundamente marcada por condições sociais, institucionais e econômicas.

Os relatos não são tratados apenas como testemunhos individuais, mas como materiais analíticos que permitem compreender processos sociais mais amplos relacionados às desigualdades de gênero, raça, classe e maternidade no contexto da universidade pública. A escrita das próprias mães estudantes constitui, portanto, uma estratégia epistemológica que reconhece o valor da experiência vivida como fonte legítima de produção de conhecimento sociológico.

Por se tratar de um processo baseado na participação voluntária das autoras, a composição das narrativas não seguiu critérios de amostragem representativa em relação à diversidade de raça, classe social, nível acadêmico ou composição familiar. Dessa forma, o

conjunto de relatos não pretende representar a totalidade das experiências de mães estudantes na universidade. Ainda assim, as narrativas reunidas neste artigo possuem relevância analítica, pois revelam, a partir de experiências concretas, como mulheres mães estudantes constroem estratégias econômicas, emocionais e institucionais para sustentar simultaneamente a maternidade e a trajetória acadêmica, contribuindo para ampliar o debate sobre permanência universitária, políticas de cuidado e os manejos econômicos destas mulheres na permanência no ensino superior.

3.1 Escassez aprendida: infância, economia doméstica e os significados do dinheiro na trajetória de uma mãe estudante

Meu nome é Aline, sou estudante de Psicologia, atualmente no 4º período. Sou solteira, tenho uma filha de 7 anos e venho de uma família de classe D, considerando a renda entre meio e três quartos de salário mínimo.

Minha relação com o dinheiro, desde que me lembro, é marcada por economia e escassez. Cresci ouvindo frases como “gostaria de ter isso, mas não temos dinheiro, pois ele precisa ser usado para algo mais necessário”. Meus pais vieram de famílias pobres do interior do Paraná. Trabalharam desde a infância, ajudando os próprios pais nas atividades do campo. Após se casarem, apenas meu pai trabalhava fora, enquanto minha mãe cuidava da casa e dos filhos. Quando ela começou a trabalhar como empregada doméstica, eu tinha aproximadamente 6 anos e já tinha mais três irmãos.

Atualmente, meu pai mora no Paraná. Não convivo com ele há 9 anos, desde que ele e minha mãe se separaram, quando eu tinha aproximadamente 19 anos. Ambos nasceram e viveram até a vida adulta em pequenos municípios do interior do Paraná.

Nunca passamos fome. A alimentação era simples; em alguns momentos havia mais variedade, em outros menos, mas sempre foi suficiente. No entanto, as reclamações sobre a falta de dinheiro eram frequentes. Acredito que isso tenha influenciado diretamente a forma como me relaciono com o dinheiro hoje. Sou econômica, prefiro consertar algo até não ter mais possibilidade de uso do que comprar um novo. Por outro lado, não sou consumista, o que considero uma característica positiva. Tenho facilidade em poupar para objetivos de longo prazo e sempre prefiro pagar à vista, evitando parcelamentos com juros ou uso de crédito.

Foi por meio dessa postura de poupança que minha família conseguiu sair do aluguel pela segunda vez. Dos 16 aos 19 anos trabalhei como recepcionista em um mercado. Além do valor que juntei nesse período, recebi uma boa rescisão de contrato. Com esse dinheiro, consegui dar entrada em um pequeno terreno no alto de um morro. Juntamente com minha mãe, construímos uma casa simples. Grande parte do material foi reaproveitada, pois a ideia inicial era permanecer ali apenas dois anos, enquanto juntávamos dinheiro para

construir uma casa maior e definitiva. No entanto, a casa improvisada permanece em pé até hoje. Conseguimos ampliar apenas com a construção de um novo cômodo, pois os custos com materiais e mão de obra são elevados. Ainda assim, o fato de não pagarmos aluguel representa uma despesa significativa a menos.

Atualmente, divido as despesas da casa com minha mãe, que trabalha como auxiliar de serviços gerais. Eu também já atuei nessa função, além de ter trabalhado como recepcionista, atendente e vendedora de cosméticos. Hoje, minha renda provém da bolsa estudantil e da pensão alimentícia da minha filha. Até os quatro anos e meio de idade dela, não recebi nenhum valor do genitor. Após a regularização judicial, o pagamento passou a ser realizado com desconto direto em folha pela empresa dele, o que garante regularidade no recebimento.

Tenho como objetivo alcançar uma condição financeira muito melhor, e um dos principais motivos para estar cursando a graduação é justamente ampliar minhas possibilidades profissionais. Ainda assim, reconheço que, na situação atual, não nos falta nada essencial. Viver em Florianópolis é caro, mas somos pessoas caseiras e simples, o que reduz significativamente os gastos e nos permite uma vida confortável dentro da nossa realidade.

Em relação ao transporte, por exemplo, não possuímos veículo próprio e isso não nos faz falta. Nossa rotina não envolve trânsito intenso nem ônibus lotados. Além disso, por sermos beneficiárias do Cadastro Único e de baixa renda, não pagamos passagem, o que reduz ainda mais as despesas.

Minha filha já apresentou alguns problemas de saúde, nada grave, mas que exigiram medicamentos de custo elevado, como três frascos de um remédio que custava mais de duzentos reais cada, além de um tratamento odontológico que totalizou oitocentos reais em um único mês. Com planejamento financeiro, consegui arcar com esses custos sem comprometer nossa estabilidade.

Minha trajetória até a universidade foi marcada por interrupções e retomadas. No segundo ano do ensino médio, comecei a trabalhar com carteira assinada. Não consegui conciliar adequadamente trabalho e estudos e acabei reprovando. Senti-me frustrada e envergonhada, por isso optei por concluir o ensino médio por meio do supletivo, em vez de repetir o ano na modalidade regular. Não foi fácil conciliar trabalho e estudo, mas consegui concluir.

Após finalizar o ensino médio, estava exausta da rotina intensa. Decidi dedicar um ano exclusivamente ao trabalho e, depois, me preparar para o vestibular. Desde os 16 anos já tinha o desejo de cursar uma graduação, e Psicologia sempre foi a área com a qual mais

me identifiquei. Contudo, quando finalmente me organizei para estudar, engravidei. Optei por adiar novamente meus planos acadêmicos.

Quando minha filha tinha quase um ano, iniciei um curso pré-vestibular gratuito, pelo qual tenho profundo carinho, admiração e gratidão. Entretanto, com o início da pandemia de COVID-19, o curso foi interrompido. Tentei estudar em casa utilizando aplicativos, videoaulas e livros. No entanto, o único tempo disponível era a hora diária de soneca da minha filha. Eu morava com minha mãe e três irmãos, em uma casa pequena, com pouca possibilidade de silêncio e colaboração para estudo. Mais uma vez, compreendi que não era o momento.

Quando minha filha completou 4 anos, retornei ao mesmo curso pré-vestibular, que acontecia à noite, cinco vezes por semana. Só consegui participar porque minha mãe, que trabalhava durante o dia, assumia os cuidados com minha filha no período noturno. Dessa vez, consegui concluir o curso sem interrupções. Ao final do ano, realizei o ENEM e o vestibular unificado. Fui aprovada no curso que desejava e hoje afirmo que estou vivendo um sonho.

Sinto que estou caminhando em direção aos meus objetivos, que são ser exemplo para minha filha e construir uma carreira acadêmica e profissional sólida.

3.2 Entre orçamento, cuidado e estudo: estratégias cotidianas de gestão econômica na maternidade universitária

Sou Betina Juliana de Sá, no ano de 2021, ingressei na Universidade Federal de Santa Catarina no curso de Letras – Língua Portuguesa, minha trajetória acadêmica esteve profundamente atravessada por desafios de ordem econômica, que exigiram constante reorganização financeira e pessoal para garantir minha permanência na universidade. O início dessa trajetória coincidiu com o período mais crítico da pandemia de Covid-19, o que agravou significativamente minha situação socioeconômica.

No primeiro semestre como graduanda, encontrava-me desempregada e sem perspectivas imediatas de inserção no mercado de trabalho formal. Nesse contexto, minha subsistência dependia basicamente do auxílio emergencial concedido pelo governo federal e da pensão alimentícia destinada ao meu filho. Essa renda era suficiente apenas para cobrir despesas básicas de alimentação, enquanto as contas essenciais, como água e energia elétrica, eram custeadas por meio de trabalhos informais de costura que eu realizava em casa. Naquele momento, residia na cidade de Lages com minha família, o que amenizava parcialmente os gastos, uma vez que não havia despesas com aluguel. Ainda assim, a realidade financeira era bastante restrita, exigindo escolhas constantes e um controle rigoroso dos gastos.

A partir do segundo semestre de 2021, fui contemplada com a Bolsa Permanência, o que representou uma melhora significativa na minha renda mensal e trouxe maior estabilidade financeira. Apesar desse avanço, continuei realizando trabalhos de costura para complementar o orçamento, uma vez que os custos relacionados à manutenção da casa e à criação do meu filho permaneciam acima da renda fixa. Esse período foi marcado por uma rotina intensa, na qual precisei conciliar os estudos universitários, os cuidados maternos e o trabalho informal, sempre buscando um equilíbrio mínimo que garantisse não apenas a sobrevivência, mas também condições dignas de alimentação e permanência acadêmica.

Em 2022, com o retorno das atividades presenciais na universidade, tornou-se inevitável a mudança para a cidade de Florianópolis, onde está localizado o Campus Trindade. Assim, transferi-me de Lages para Florianópolis, ciente de que a Bolsa Permanência passaria a ser integralmente destinada ao pagamento do aluguel, condição indispensável para que eu pudesse continuar frequentando o curso. Essa mudança representou um aumento considerável no custo de vida e demandou uma reorganização completa da minha renda. Em Florianópolis, a Bolsa Permanência passou a cobrir o aluguel de uma kitnet, enquanto a pensão alimentícia e o benefício do Bolsa Família eram direcionados principalmente para a alimentação e despesas básicas.

Para complementar a renda, passei a trabalhar aos sábados e domingos como freelancer e fiscal de provas, atividades que rendiam cerca de cem reais por dia trabalhado. Além disso, nos intervalos das atividades acadêmicas, continuava realizando serviços de costura sempre que possível. Esse período foi marcado por uma rotina extenuante, mas necessária, na qual o trabalho informal era essencial para garantir a continuidade dos estudos e a manutenção das condições mínimas de vida na capital.

Em 2023, à medida que avançava nas disciplinas do curso, tive acesso a bolsas vinculadas a projetos de extensão, iniciação à docência e outras atividades acadêmicas, todas com valor aproximado de setecentos reais mensais. O recebimento de uma renda fixa e garantida representou um avanço importante, mas também implicou novas demandas de tempo e dedicação, tornando cada vez mais inviável a continuidade dos trabalhos informais de costura. Assim, entre o ano de 2023 e o primeiro semestre de 2025, minha rotina passou a se concentrar quase exclusivamente entre a universidade e a casa.

Durante esse período, minha renda era composta pela Bolsa Permanência, que cobria exatamente o valor do aluguel, pela pensão alimentícia, pelo Bolsa Família e pelas bolsas acadêmicas. Em termos práticos, cerca de 25% de um salário mínimo, somados a aproximadamente trezentos reais do Bolsa Família e setecentos reais provenientes das bolsas de pesquisa e extensão, totalizavam em torno de mil e quinhentos reais mensais destinados à alimentação, transporte e demais despesas cotidianas, além do aluguel já

comprometido. Trata-se de um orçamento bastante restrito, que exigia planejamento constante e impunha limites claros ao acesso a bens e serviços básicos.

No segundo semestre de 2025, já nos momentos finais da graduação, consegui uma oportunidade de trabalho na área relacionada à minha pesquisa acadêmica. Essa inserção profissional representou uma mudança significativa na minha qualidade de vida e uma saída parcial da lógica do subemprego que havia marcado nos anos anteriores. Com a jornada de seis horas diárias, passei a receber, em média, dois salários mínimos, além de continuar contando com a pensão alimentícia. Em decorrência desse vínculo formal de trabalho, deixei de receber o benefício do Bolsa Família, mas, ainda assim, a renda total passou a ser mais estável e suficiente para atender às necessidades básicas com maior dignidade.

Atualmente, essa condição me permite não apenas maior segurança financeira, mas também dedicar-me de forma mais consistente às pesquisas na minha área de atuação, que continuam gerando uma renda adicional de aproximadamente setecentos reais mensais. Esse momento representa, portanto, uma etapa de transição importante, marcada por maior autonomia econômica e pela possibilidade concreta de consolidação da minha formação acadêmica e profissional.

Em síntese, minha trajetória econômica ao longo da graduação foi construída a partir de estratégias constantes de sobrevivência, conciliação entre trabalho e estudo e uso criterioso das políticas de assistência estudantil. Cada etapa desse percurso evidencia o papel fundamental dessas políticas para a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na universidade pública, bem como o esforço individual necessário para transformar oportunidades limitadas em possibilidades reais de continuidade e conclusão do curso.

3.3 Redes de apoio, maternidade e universidade: negociações cotidianas para permanecer estudando

Lívia de Oliveira, 34 anos, última fase Artes Cênicas, formanda em 2026-1, duas filhas - 6 e 4 anos, moro junto com meu companheiro.

Começando do começo sempre me vi dependente financeira de alguém, durante a juventude consegui entrar em minha primeira graduação na UFTM- MG e meu pai me sustentava, porém sempre com muito controle sobre meus atos e sobre o curso escolhido, todos os passos deveriam ser alinhados com o que ele planejava para minha vida. Passados 4 anos de curso entrei em depressão profunda, passando 1 ano inteiro sem conseguir ir para as aulas nesse período consegui ver que somente fazendo o que eu gostaria de fazer eu iria conseguir sair do buraco onde eu estava emocional.

Então, decidi seguir o que eu gostaria de fazer, meu sonho. Sempre quis trabalhar com Arte, porém sob o controle de meu pai só poderia fazer algum curso que desse para ele no futuro um retorno financeiro, eu só era autorizada a fazer: Medicina, Direito, Arquitetura, Engenharia etc... consegui fazer Psicologia na primeira graduação pois consegui convencer de que iria ganhar dinheiro. Quando me reconectei com o que eu queria fazer para ser feliz, encontrei na UFSC-SC o curso de Artes Cênicas, onde me contemplava toda a grade curricular e enfim realizar o sonho de trabalhar com a Arte.

Dezembro de 2014 quando vim para Florianópolis contra a vontade de meu pai e minha mãe, pela primeira vez me vi sem sustento, sem nenhuma ajuda financeira. E ali com 22 anos ao chegar na ilha, comecei a fazer freelas de garçõnete, até enfim ser contratada por um grande restaurante. A sensação de liberdade foi algo que foi incrível para mim, agora eu poderia novamente fazer o que eu queria fazer, desde a roupa que queria comprar, até o que eu queria comer, pois meu pai controlava minhas compras também.

Ingressei no curso em 2015, e me vi novamente em dificuldade para conseguir cursar de fato, pois é um curso noturno e meu único sustento vinha de um trabalho noturno também. Não quis abrir mão do contrato, pois recebia um bom salário que me permitia morar sozinha e me manter bem na ilha. E assim, decidi fazer somente uma disciplina por semestre, no dia da minha folga. O que iria adiar bastante minha formação, mas pelo menos conseguiria seguir o sonho de independência e formação, durante 2 anos meu pai não falava comigo direito, pois não aceitava/aceita de maneira nenhuma minha decisão, minha mãe passou a falar comigo, porém não podia me ajudar financeiramente.

Neste primeiro trabalho foi onde conheci meu hoje companheiro e pai de minhas filhas, foi ele quem me treinou como garçõnete, foi ele quem me ajudou a conseguir uma república para morar, foi ele quem me ajudou a achar um lugar para morar sozinha. Com ele desde 2015, e morando juntos desde 2016.

No meu segundo ano de curso, consegui um trabalho terceirizado durante o dia na Secretaria da Educação do Estado, período da tarde e assim pude fazer todos os dias de disciplina noturno. Mas em menos de 1 ano fui demitida, e tive de voltar a trabalhar a noite, meu companheiro era gerente de um restaurante nessa época e, portanto, conseguia fazer freelas de quinta à sábado, o que me permitia fazer 3 dias de disciplina.

Durante meu tempo na secretaria da educação, descobri como dar aulas em chamadas públicas de Artes no Estado, e assim comecei a dar aulas durante o período de 2017 até 2019, quando engravidei e a partir de então volto ao controle financeiro de um homem provedor, agora não mais sendo meu pai, mas agora um companheiro.

Todo o tempo que tive salário, tive a liberdade que nunca mais tive, nunca mais pude comprar nem ao menos uma comida diferente sem pedir permissão. Vivemos

apertados de grana, mas meu companheiro que quem trabalha pode fazer seus passeios e tomar suas cervejas com os amigos.

Com a pandemia tive minha segunda filha, e no pós parto na maternidade Carmela Dutra a assistente social que me entrevistou me orientou a solicitar o auxílio natalidade no meu CRAS - centro de referência de assistência social- e assim eu fiz. Sem contar á meu companheiro e assim poder organizar financeiramente o que minha filha poderia vir a precisar, pois inclusive para as filhas é difícil comprar coisas necessárias - somente com comida e remédio não tem tensão, mas com roupa não consigo nada, escuto que devo pedir para meu pai ajudar as netas. Por ter feito o cadastro no CRAS, automaticamente comecei a receber o bolsa família, que somente um valor eu passo para ajudar no aluguel em casa, o restante do valor eu também oculto para poder ter alguma liberdade financeira.

Em 2024 no segundo semestre eu consegui a bolsa permanência na UFSC o que me permitiu fazer todos os dias de aula, pois agora eu conseguia ajudar mais em casa financeiramente e conseguia ter a liberdade de ir até a universidade, pois agora “eu recebia para estudar”, e dessa maneira meu companheiro não boicotava minhas idas à universidade.

A única maneira de ter alguma liberdade com relação a dinheiro são os auxílios que recebo, pois sou mãe de duas crianças -6 e 4 anos- e cuido de minha mãe que mora comigo que em tratamento de câncer, não consigo trabalhar fora, para ter alguma renda que me permita voar com minhas próprias asas.

Ainda bem que durante o ano de 2024 e 2025 a monitoria da UFSC e consegui ser monitora em disciplinas - fato que ocultei o valor dele também o que me permitiu voltar a sair com amigas, comprar roupas novas, sapatos para minhas filhas, e levá-las para passear vez ou outra. Com esses valores consegui me dedicar muito mais ao curso e enfim concluir as disciplinas que me faltavam, fazer cursos para atingir as horas complementares, e agora 2026-1 conseguirei colar grau.

Minha relação com o dinheiro, sendo mãe de 2 crianças e cuidadora de minha mãe e, portanto, sem conseguir trabalhar fora de casa, me deixa muitas vezes sobre o cabresto do provedor - seja ela meu companheiro, seja ele meu pai. Quem quer que seja que me dê dinheiro faz disso um controle emocional/psicológico muito grande, que me adoce muito e me priva de muitos desejos e em momento nenhum falo de desejos supérfluos, digo de desejos necessários e que me fariam bem e fariam bem para minhas filhas. Como me intitulo em minha produção no curso: sou aquela que não trabalha aos olhos dos outros, aquela que não trabalha fora CLT, mas não tem um dia de descanso na sobrecarga da gestão do lar, da vida de 2 crianças e na vida da própria mãe.

3.4 Trabalho, cuidado e formação: os desafios de sustentar a maternidade no percurso universitário

Me chamo Luana de Castro Flores, sou natural de Esteio/RS - mãe do Ernesto. Psicóloga clínica pela Unisinos/RS - Especialista em Diversidades e Direitos Humanos (USP); Mestre em Psicologia Social e Cultura pelo Programa de pós graduação em Psicologia (PPGP - UFSC).

Se você não se encontra no labirinto em que (nós) estamos, é muito difícil lhe explicar as horas do dia que não possuímos. Estas horas que não possuímos são as horas que se traduzem em estratégias de sobrevivência e dinheiro. E quando uma dessas horas é tirada, isto significa não uma hora em que não iremos deitar e olhar para o teto. Para mim isto significa um pedaço de pão. (Glória Anzaldúa, 1980)

Sento-me aqui em um domingo de manhã, quando começo a escrever esse testemunho da minha relação com o dinheiro. Até escrever a palavra dá medo, de abrir algo tão íntimo. Durante a escrita sou interrompida algumas vezes pelo meu filho, que lembra minhas funções domésticas de mãe e dona de casa. Entrar em contato com o manejo do dinheiro, é mexer também com nossas questões simbólicas. Freud (1916) em um ensaio nomeado "Os que fracassam ao triunfar", traz sobre a experiência de sujeitos que ao conseguir suprir suas faltas materiais, adoecem. Como as pessoas que sentem culpa ao cobrar, ganhar ou têm gastos compulsivos. Penso nas condições que tive até hoje, atravessadas por faltas e por heranças de dívidas transgeracionais. Minha avó, costureira, ao perder o primeiro marido em uma situação de violência comunitária em uma cidade do interior, tornou-se mãe solo e se viu obrigada a trabalhar como doméstica em troca de moradia. Nesse contexto, conheceu meu avô, que trabalhava como porteiro. Mesmo após o casamento, ela se dizia uma mulher guerreira e seguiu exercendo seu ofício e incentivou os filhos a cursarem graduação em universidade federal, para que tivessem um destino diferente do seu. Minha mãe também se tornou mãe solo na minha adolescência e, embora já fosse responsável pela maior parte dos gastos da casa, lembro que, após a separação, as condições materiais, que eram motivos de brigas, se tornaram ainda mais difíceis.

Ao refletir sobre a relação entre dinheiro e maternidade, recorro inicialmente a Badinter (1980/2024) e Reich (1977). Reich, apoiado no marxismo e na psicanálise, compreende que o mal-estar está intimamente ligado à opressão capitalista, que exige do corpo um tempo de produção superior àquele destinado aos afetos. Essa lógica produz crises familiares e comunitárias e intensifica formas de repressão, especialmente em contextos de trabalho precarizado. Badinter (2024), em *O conflito: a mulher e a mãe*, descreve a experiência de mães vulnerabilizadas e contribui de forma fundamental para os estudos da maternidade; contudo, suas análises partem da realidade histórica e cultural de mulheres francesas, o que apresenta limites à compreensão de experiências atravessadas por desigualdades coloniais e raciais. Com o objetivo de valorizar os saberes de mulheres da América Latina, opto por dialogar com Akotirene (2019), que propõe a

interseccionalidade não como a soma de opressões, mas um emaranhado que se articula entre si. Nessa perspectiva, racismo, cis-heteropatriarcado e capitalismo não operam de forma isolada, mas se sustentam mutuamente, produzindo desigualdades específicas na vida das mulheres. É a partir desse emaranhado que situo minha relação com o dinheiro, atravessada pela maternidade solo, pelas condições concretas de trabalho e pelas (im)possibilidades que atravessam o meu acesso à formação acadêmica.

Volto, então, à minha sala de estar e à minha realidade atual: mulher, mãe solo, trabalhadora e estudante, sem parentes importantes e vinda do interior (referência a música de Belchior). Desde a decisão de deixar meu território de origem para trabalhar e cursar o mestrado em Psicologia na UFSC, estava ciente de que enfrentaria desafios, embora não tivesse dimensão dos valores reais nessa escolha (aqui me refiro aos valores afetivos, os gastos reais foram listados ao fim do texto). A distância entre Imbituba, cidade onde resido e trabalho, e Florianópolis, onde estudei; a ausência cotidiana de uma rede de apoio; a culpa associada ao desejo de permanecer; o medo do fracasso e a saudade dos meus compõem o cenário dessa experiência.

O afastamento físico do território de origem produziu um abalo significativo, intensificado durante as enchentes de 2024, quando meus familiares sofreram perdas materiais e simbólicas, reatualizando sentimentos de desamparo e preocupação. O desejo de migrar para Santa Catarina, contudo, não é recente: surgiu em 2020, quando, ao atuar durante a pandemia com mulheres imigrantes, passei a buscar grupos de pesquisa que dialogassem com essa temática. À época, havia adquirido recentemente meu apartamento e trabalhava sob contrato temporário como psicóloga, após ter me exonerado de um cargo que trabalhei por nove anos como servidora municipal. Minhas decisões de vida, com frequência, seguiram esse mesmo compasso: primeiro a aposta no ato, depois a elaboração dos custos subjetivos que dele decorrem.

Assim foi também no início da graduação. Por estar trabalhando, optei pelo curso de Psicologia no turno noturno, conciliando uma jornada semanal de 30 horas com dois dias destinados aos estudos, compensados com trabalho aos sábados. Com remuneração em torno de um salário mínimo, recorri a um financiamento estudantil correspondente a 50% do curso, sem mensurar o crescimento da dívida. Ao final da graduação, o valor já era impagável, cerca de R\$100.000,00. Consegui negociar judicialmente e quitei R\$30.000,00 à vista, valor obtido por meio de empréstimo consignado. Durante esse período, trabalhava em Gravataí, estudava em São Leopoldo e residia em Canoas com minha mãe. Meus principais gastos eram a mensalidade da universidade, em média R\$1.200,00 para três disciplinas e os deslocamentos entre as cidades. Para complementar a renda, realizava trabalhos autônomos, como produção de materiais gráficos, bicos em festas e venda de cosméticos. Durante uma reunião de trabalho, conheci o pai do meu filho. Ficamos juntos

quatro meses, trabalhamos no mesmo projeto social e decidimos morar juntos, apesar do pouco tempo de convivência, com o objetivo principal de dividir as despesas.

Após quase um ano entre idas e vindas da relação, descobri a gestação. Demorei a perceber, devido a uma disfunção hormonal e à rotina intensa entre casa, trabalho e faculdade. Com sangramentos, precisei desacelerar o ritmo de trabalho. Fiz o pré-natal pelo convênio da prefeitura, mas o parto foi realizado pelo SUS. Na época, o pai do meu filho trabalhava de forma autônoma e recebia apoio financeiro de familiares do Uruguai. Ainda assim, as despesas eram divididas igualmente. Morávamos em uma kitnet no centro de Gravataí/RS. Enquanto ele conseguiu adquirir carro e moto, eu mal conseguia arcar com os custos da faculdade e da casa. Próximo à minha formatura, nos separamos definitivamente. Meu filho tinha cinco meses e havíamos nos mudado recentemente para o setor 06 do bairro Guajuviras², em Canoas/RS, marcado por disputas de território, onde era possível escutar som de tiros à nossa casa. Alguns meses depois, busquei um apartamento, próximo à casa da minha mãe. Naquele momento, enfrentava depressão pós-parto, cursava disciplinas à distância, me preparava para a formatura de psicologia e precisava organizar mais uma mudança. A estabilidade que eu tinha era a licença-maternidade e o salário como servidora municipal, suficiente apenas para o básico. Lembro de ter buscado apoio no CRAS da região, realizei o CadÚnico e, após concluir o curso, passei a estudar para concursos públicos com isenção da taxa.

Em 2019, retornei ao trabalho e, sem vaga em escola integral na rede municipal, consegui judicialmente uma bolsa parcial em uma escola particular para o meu filho. Iniciei também o processo de guarda e pensão. O valor estipulado nunca foi pago integralmente (R\$450,00), sempre menos ou falhando. Quando meu filho completou um ano e meio, passei a trabalhar em dois vínculos: permanecia na prefeitura e realizava atendimentos clínicos particulares. A renda era destinada quase integralmente à escola, aluguel, transporte e internet. Com a pandemia em 2020, o CREAS onde atuava reduziu drasticamente suas atividades, então passei a realizar plantões no Albergue. Buscando atuar como psicóloga, me inscrevi em processos seletivos temporários na saúde e assistência social, trabalhando em São Leopoldo, Alvorada e Viamão. Assim, pedi licença interesse do meu trabalho para assumir os contratos temporários, fiquei em média 1 ano em cada cidade. Cansada da instabilidade do aluguel em Canoas e após inúmeras mudanças desde a gestação, adquiri em 2022 um apartamento pelo programa Minha Casa, Minha Vida, em Canoas/RS, em conjunto com minha mãe. O imóvel, próximo à faixa de ônibus, facilitava os deslocamentos entre trabalho, escola e clínica. Lembro do dia em que abri a porta de casa com meu filho e da alegria de ter conseguido garantir um teto todo nosso. Pouco tempo depois, recebi um

² Conjunto habitacional da COHAB, que surgiu a partir de uma grande ocupação popular na década de 1980, realizada por famílias da região que não tinham acesso à moradia.

convite de uma amiga para trabalhar em uma clínica em Garopaba/SC, que não se concretizou.

Ainda assim, o projeto de migração se manteve, motivado pela tentativa de ingresso no mestrado na UFSC, embora condicionado à obtenção de trabalho fixo ou bolsa. Diante da escassez de bolsas, tomei conhecimento através de outra amiga, de um concurso da SAP/SC e, desde junho de 2022, atuo como psicóloga ACT em Imbituba/SC. Para viabilizar o aluguel, foi necessário alugar meu imóvel em Canoas, mantendo o pagamento da prestação. Com o ingresso no mestrado em 2023, somaram-se novos custos: aluguel, escola integral, transporte intermunicipal (+ou- 500,00 mensais), cuidadora (400,00 reais mensais) e despesas de saúde, intensificadas após o diagnóstico de asma do meu filho em 2024, gastos que ultrapassaram R\$ 4.000,00 mensais em 2024 e 2025, impactando a mobilidade, o lazer e as visitas familiares, além de gerar endividamento atualmente em processo de reorganização.

Recentemente, após concluir as disciplinas do mestrado, o qual realizei sem bolsa, retomei os atendimentos clínicos como forma de complementar minha renda. Apesar do cansaço e da sobrecarga, que não me possibilita descansar mesmo nas férias, sei que é passageiro esse desgaste maior e sigo atenta às opressões que se atravessam na minha experiência enquanto mulher-mãe-trabalhadora e estudante. Olho com orgulho o trajeto até aqui, que hoje me possibilitou morar em um lugar, com gramado limpo, assim verde como o mar³². Nutro esperança de, com a finalização do curso, junto à reorganização financeira que venho buscando, conseguir quitar minhas dívidas e ter novas oportunidades para seguir possibilitando uma vida digna ao meu filho.

3.5 Codinome Luz, mãe que não tem interesse em se identificar

Como falar sobre minha relação com o dinheiro? Ela é extremamente difícil. Sou a Luz, usei um nome fictício, pois ainda tenho dificuldade em expor a minha vulnerabilidade; sinto culpa, vergonha e receio de julgamentos.

Sou uma mulher negra de 37 anos, estudante da 7ª fase do curso de Serviço Social e mãe da Sophia, de 10 anos. Uma boa menina; mesmo com todas as adversidades, ela diz que, se pudesse escolher outra mãe, escolheria a mim novamente. Minha relação com as finanças é tão complexa que, quando a Sophia ganha algum dinheirinho, ela pede para a avó materna deixar guardado na conta dela, pois, como sempre estamos precisando de algo, eu peço o dinheiro dela emprestado e compro o valor no cartão de crédito.

Desde criança, não soube poupar. Sempre gastei tudo, sempre usei o dinheiro com coisas que, para alguns, eram supérfluas, mas para mim eram importantíssimas. Sempre fui

³ Racionais MC's - Vida loka parte 2.

apaixonada por roupas e acessórios; a escassez de uma vida inteira eu transformei em consumismo.

Somos três irmãs e, por ironia do destino, quando crianças usávamos as mesmas roupas iguais e, todo domingo, íamos à igreja com um conjunto de saia e blusa do Piu-Piu e Frajola. Ali eu disse que, quando crescesse, teria várias roupas — e assim fiz. Aos 18 anos, comprei tantas roupas que meu dinheiro era destinado apenas a isso. Não consegui mais parar de comprar e, assim, meu nome foi negativado. Não dava conta de parar. Pergunto-me até hoje: se eu tivesse tido uma educação financeira desde a infância, algo teria sido diferente?

A universidade e a terapia com a psicóloga vêm me ajudando a dar pequenos passos. Às vezes, nem os percebo, mas outras pessoas me ajudam a reconhecê-los. Lembro-me de que estar hoje na universidade se deu, em parte, porque minha filha me cobrou, comparando-me às tias, que ela considerava mais esforçadas do que eu. A psicóloga também me cobrava alguma mudança, mesmo sem verbalizar diretamente.

Eu estava trabalhando seis horas por dia, no período vespertino e noturno, atendendo telefone e agendando consultas, quando recebi um e-mail da universidade e pensei: o que eu faço agora? Pedi demissão, organizei a documentação e, após 18 anos sem estudar ou pegar em um livro, fiquei entre as dez primeiras colocadas. Nem sabia o que era o curso de Serviço Social.

Enfim, pedi demissão, conheci a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e seus programas assistenciais e, na minha condição de mãe solo, desempregada e mulher negra, só me restava esperar ser contemplada com a única bolsa para a qual eu tinha perfil: a de permanência estudantil, no valor aproximado de R\$ 850,00. Consegui também o auxílio internet, no valor de R\$ 100,00.

Foi nesse exato momento que aprendi os desafios de me tornar universitária sem dinheiro para o básico. Até o cadastro ser analisado, minha alimentação era pão o dia inteiro; as roupas eram lavadas de 15 em 15 dias, e precisei que minha filha ficasse com minha mãe, pois não tinha como sustentá-la. Consegui trazer minha filha de volta quando o cartão do Restaurante Universitário foi emitido e, desde então, com chuva ou calor escaldante, almoçamos lá todos os dias.

A universidade oportuniza conhecimento e desenvolvimento, mas também cobra. A bolsa permanência é condicionada à presença, ao aproveitamento mínimo, entre outras exigências. E como se manter na universidade sendo mãe, sem rede de apoio, recebendo uma bolsa inferior a um salário-mínimo e tendo a obrigatoriedade de estágio que, em sua maioria, não é remunerado?

Faço estágio obrigatório em um CRAS — Centro de Referência de Assistência Social. Duas ou três vezes por semana, preciso cumprir uma carga horária de 12 horas semanais, totalizando 216 horas por semestre. O custo com deslocamento e alimentação pesou ainda mais no meu orçamento. Se ao menos o Restaurante Universitário permitisse fazer marmitas, haveria economia. Entro no estágio às 11h30 e saio às 17h30, já me deslocando para a universidade; não tenho tempo para jantar e, muitas vezes, como apenas um pão ou uma fruta durante a aula.

Em se tratando da desorganização financeira, compreendo-a como estrutural, uma vez que o sistema econômico atual transforma as necessidades básicas de mães estudantes em mercadorias, atribuindo a essas mulheres a culpa por não serem boas administradoras. Nosso tempo é fragmentado entre tarefas domésticas, cuidado com os filhos e trabalho não remunerado; pequenas compras impulsivas passam a funcionar como alívio imediato e supressão da ausência materna. O dinheiro quase nunca é repostado, e as cobranças permanecem: produtividade, equilíbrio, desempenho.

O sistema nos cobra uma boa relação com o dinheiro enquanto oferece recursos insuficientes para que essas exigências sejam cumpridas. E eu, diante de tudo isso, vou tentando economizar: dizendo que não quero sorvete ao sair com minha filha, comprando apenas para ela, indo ao cinema às segundas-feiras por ser mais barato, sempre na esperança de que as coisas irão melhorar.

Relacionar maternidade, dinheiro e universidade é extremamente desafiador; exercer atividade de trabalho não remunerado, como o estágio, coloca-me em uma posição constante de vulnerabilidade financeira, na qual a formação acadêmica exige dedicação integral sem oferecer as condições materiais necessárias para sua realização.

Estudar não é apenas um exercício acadêmico e, para mulheres negras como eu, a cor do meu corpo não é neutra. Historicamente, ocupamos posições de maior precariedade econômica; assim, a falta de recursos e os pagamentos sempre em atraso transformam a minha relação com o dinheiro em algo fugaz, marcado por escassez, urgências e escolhas imediatas.

4. Conclusão

As narrativas das mães estudantes reunidas neste artigo permitem compreender como maternidade, dinheiro e permanência universitária se articulam em contextos marcados por desigualdades sociais. As experiências relatadas evidenciam que o ingresso e a permanência no ensino superior não podem ser compreendidos apenas como trajetórias individuais de esforço ou mérito, mas como processos profundamente atravessados por relações estruturais de classe, gênero, maternidade e, em alguns casos, raça. Nesse sentido, as narrativas revelam que a experiência universitária das mães estudantes ocorre em um

campo social estruturado por desigualdades históricas, no qual as condições materiais e simbólicas de permanência não são igualmente distribuídas. Essa perspectiva dialoga com as contribuições de Bourdieu (1993), especialmente com a noção de que os espaços sociais são organizados por diferentes formas de capital (econômico, cultural e social) que condicionam as possibilidades de acesso, permanência e reconhecimento dentro das instituições.

Nesse contexto, o dinheiro aparece nas narrativas não apenas como um recurso econômico necessário à permanência universitária, mas como um elemento central das relações sociais que estruturam a vida cotidiana das mães estudantes. A partir da sociologia econômica de Zelizer (2003), é possível compreender que o dinheiro não circula de forma neutra ou puramente instrumental, sendo constantemente classificado, marcado e moralmente organizado dentro de relações sociais específicas. Nos relatos apresentados, o dinheiro aparece vinculado às responsabilidades de cuidado com os filhos, à manutenção da casa e às estratégias necessárias para sustentar a permanência na universidade. Dessa forma, o orçamento doméstico não se reduz a um cálculo financeiro racional, mas envolve decisões atravessadas por emoções, obrigações familiares e prioridades coletivas, evidenciando que as práticas econômicas são também práticas sociais.

Outro aspecto recorrente nas narrativas refere-se à experiência de escassez econômica e à socialização financeira construída ainda na infância. Algumas participantes relatam trajetórias familiares marcadas por restrições materiais, nas quais o dinheiro precisava ser administrado com cuidado e planejamento. Esse processo de aprendizagem social contribui para a formação de disposições práticas em relação ao consumo, à poupança e à organização do orçamento doméstico. Nesse sentido, Motta (2023) contribui para compreender como as práticas econômicas nas classes populares são atravessadas por relações morais, familiares e comunitárias. Para Motta, o dinheiro não é apenas um meio de troca, mas um elemento que estrutura relações de responsabilidade, reciprocidade e pertencimento dentro das famílias e redes de sociabilidade. Esse aspecto aparece nas narrativas de Aline e Luana, que relatam a construção de estratégias coletivas com suas mães para a aquisição de uma residência própria, evidenciando como decisões econômicas são frequentemente tomadas de forma compartilhada no interior das famílias.

As narrativas também evidenciam transformações nas dinâmicas familiares e nas formas de organização da vida econômica. A participação ativa dessas mulheres na conquista da casa própria, por exemplo, indica deslocamentos em relação à lógica patriarcal tradicional que historicamente atribui aos homens o papel de provedores principais. Nesse sentido, as experiências relatadas demonstram que as mulheres participam ativamente das estratégias econômicas familiares, contribuindo para a construção de patrimônios, a gestão de recursos e a tomada de decisões financeiras.

Paralelamente, os relatos revelam a centralidade do trabalho reprodutivo na organização da vida das mães estudantes. A gestão do cuidado com os filhos, a manutenção da casa e a organização das responsabilidades familiares ocorrem simultaneamente às exigências da vida acadêmica, produzindo jornadas intensas de trabalho e estudo. Esse cenário pode ser analisado a partir de Federici (2023), que destaca como o trabalho reprodutivo historicamente atribuído às mulheres permanece frequentemente invisibilizado, embora seja fundamental para a reprodução da vida social e da força de trabalho. Nos relatos o cuidado aparece como uma atividade permanente que estrutura a organização do tempo, do dinheiro e das prioridades das mães estudantes.

Outro elemento relevante nas narrativas refere-se às redes de apoio mobilizadas para viabilizar a permanência universitária. Familiares, amigos e colegas aparecem como atores fundamentais na divisão das responsabilidades de cuidado e na construção de estratégias coletivas de sobrevivência. Essa dimensão relacional da maternidade pode ser interpretada em diálogo com as reflexões de Gonzalez (2020), que destaca a importância das redes comunitárias e familiares na sustentação da vida cotidiana das mulheres, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais. A presença dessas redes demonstra que a maternidade universitária não é vivida de forma isolada, mas sustentada por relações de solidariedade que permitem enfrentar os limites institucionais e materiais.

Ao mesmo tempo, as narrativas revelam tensões entre a experiência da maternidade e a estrutura institucional da universidade. A presença de mulheres acompanhadas de crianças em espaços acadêmicos ainda provoca estranhamento e questionamentos sobre sua legitimidade naquele ambiente. Esse fenômeno pode ser compreendido a partir da categoria de mãe delinquente, que descreve situações em que mulheres que exercem a maternidade em espaços historicamente considerados incompatíveis com essa função como a universidade ou o mercado de trabalho passam a ser percebidas como desviantes em relação às expectativas sociais de gênero. Nesse contexto, a maternidade no espaço universitário desafia normas profundamente naturalizadas que associam o cuidado infantil exclusivamente ao espaço doméstico, revelando os limites das instituições em reconhecer plenamente as demandas de cuidado.

Além disso, algumas narrativas destacam a sobreposição entre trabalho remunerado, maternidade e formação acadêmica, evidenciando as condições de precariedade que marcam a trajetória das mães estudantes. Essa experiência pode ser analisada a partir da perspectiva interseccional desenvolvida por Collins (2000; 2023) e Davis (2016), que demonstram como desigualdades de gênero, raça e classe se articulam na produção de oportunidades e limitações sociais. No contexto das narrativas analisadas, essas desigualdades aparecem na forma de sobrecarga de trabalho, dificuldades financeiras e acesso limitado a políticas institucionais de permanência.

A análise das narrativas também pode ser aprofundada pelas críticas de Gago e Cavallero (2019), onde argumentam que, nas últimas décadas, a expansão do crédito e das formas de endividamento tornou-se um mecanismo central de gestão da precariedade social, especialmente na vida das mulheres responsáveis pela reprodução cotidiana das famílias. A dívida, nesse contexto, não opera apenas como um instrumento financeiro, mas como um dispositivo que reorganiza o tempo, o trabalho e as relações sociais, deslocando para o âmbito doméstico a administração das crises econômicas. No caso das mães estudantes, ainda que o endividamento não apareça explicitamente em todas as narrativas, observa-se que a gestão dos recursos financeiros envolve estratégias semelhantes às descritas pelas autoras, como a reorganização constante do orçamento, a mobilização de redes familiares, a busca por rendas complementares e a priorização de gastos relacionados ao cuidado e à educação.

Por fim, as reflexões de Fraser e Gordon (1995) contribuem para compreender os limites institucionais das políticas de permanência voltadas às mães estudantes. As autoras argumentam que os direitos sociais devem ser compreendidos como parte de um contrato social democrático, no qual o acesso a condições materiais de participação na vida pública é garantido como direito de cidadania. Entretanto, quando demandas relacionadas ao cuidado, à reprodução social e à permanência educacional são tratadas como situações excepcionais, elas passam a operar no registro da caridade. A oposição entre contrato e caridade, portanto, revela uma disputa política sobre o reconhecimento das necessidades sociais: enquanto o contrato remete à garantia de direitos universais, a caridade mantém relações de dependência e subordinação. No contexto universitário, essa distinção torna-se evidente quando políticas de permanência, apoio à maternidade ou acesso a recursos institucionais são percebidas como favores administrativos e não como direitos das estudantes.

Dessa forma, as narrativas reunidas neste artigo revelam não apenas situações de vulnerabilidade, mas também formas de agência e permanência. As estratégias mobilizadas pelas mães estudantes como a reorganização do orçamento familiar, o acionamento de redes de apoio e a persistência na formação acadêmica demonstram a capacidade dessas mulheres de construir caminhos possíveis dentro de contextos estruturais adversos. A permanência na universidade, nesse sentido, não representa apenas um percurso educacional individual, mas um projeto de transformação social, no qual a educação superior aparece como possibilidade de ampliação de oportunidades para si mesmas e para seus filhos. Assim, as experiências narradas contribuem para ampliar o debate sobre permanência universitária, políticas públicas de cuidado e desigualdades sociais no ensino superior brasileiro, evidenciando a necessidade de reconhecer a maternidade estudantil como parte legítima da vida acadêmica e como dimensão fundamental para a democratização efetiva da universidade.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre (org.). **A miséria do mundo**. Tradução de Mateus S. Soares et al. Petrópolis: Vozes, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2024.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. **Enem: cresce o número de participantes com 60 anos de idade ou mais**. Brasília: Gov.br, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/acompanhe-a-secom/noticias/2025/11/enem-cresce-o-numero-de-participantes-60>. Acesso em: 8 mar. 2026.

CAVALLERO, Lucía; GAGO, Verónica. **Una lectura feminista de la deuda: ¡Vivas, libres y desendeudadas nos queremos!** 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fundación Rosa Luxemburgo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. **O pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2023.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela; COLLINS, Patricia Hill; FEDERICI, Silvia. **Democracia para quem? Ensaios de resistência**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

FRASER, Nancy; GORDON, Linda. **Contrato versus caridade: por que não existe cidadania social nos Estados Unidos?** Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n. 42, p. 39–66, maio 1995.

GONZALEZ, Léila. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRANT, Alec. **Autoethnography: threat and promise**. Brighton Journal of Research in Health Sciences, Brighton, v. 1, n. 1, 2014.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução de Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2024.

MICHEL, Flávia Thais. **Mulheres negras mães estudantes na UFSC: a trajetória de uma mãe delinquente em questão**. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Ciência Política) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/265477>. Acesso em: 15 dez. 2025.

MOTTA, Eugênia. O que faz o dinheiro da casa. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 29, n. 66, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9983e660602>.

Michel, Santos, Sá, Silva e Flores

Economias de Permanência Universitária: o significado social do dinheiro nas narrativas das mães estudantes da UFSC

VERSIANI, Daniela G. C. B. **Autoetnografias: conceitos alternativos em construção**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005.

ZELIZER, Viviana. **O significado social do dinheiro**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.